

A Ressuscitação dos Cónegos Regrantes: dos contributos de Mattoso ao panorama actual¹

Aires Gomes Fernandes²

11 de Dezembro de 1998. Foi nesse dia que conheci o Doutor José Mattoso, aquando de uma sua deslocação a Coimbra para o lançamento do vol. XIX da *Revista de História das Ideias*. Nessa altura abei-rei-me dele e pedi-lhe, embrulhado numa certa timidez, para me autografar um exemplar da *Identificação de um país*, longe de imaginar que um dia poderia estar presente num seminário que lhe é dedicado!

Olhando para a sua obra, e no que concerne ao tratamento dos Cónegos Regrantes, manda-nos a objectividade dizer que o Doutor José Mattoso abriu novos caminhos e perspectivas para o estudo desta Ordem em Portugal, embora não lhe tenha dedicado a mesma atenção que prestou aos beneditinos. Sobre o tema em análise, e percorrendo a sua bibliografia, ressaltam logo dois artigos em que é feita uma abordagem incisiva sobre os Cónegos Regrantes, mormente os de Santa Cruz de Coimbra. Trata-se, especificamente, de um artigo intitulado “*Canonici Regolari di Santa Croce de Coimbra (Portogallo)*”³, e um outro estudo designado “*Cluny, Cruzios e Cistercienses na formação de Portugal*”, artigo este que se encontra compilado no *Portugal Medieval*, e onde, além de referenciar a fundação de Santa Cruz de Coimbra e as estreitas relações entre D. Afonso Henriques e esse mosteiro, ou o importante papel diplomático de D. João Peculiar, salienta também a importância cultural da principal canónica conimbricense. Este último tema é retomado em “*A cultura monástica em Portugal*”⁴, chamando também aí a atenção para a obra pastoral dos cónegos regrantes e a fundação dos mosteiros crúzios em meios urbanos, mormente Santa Cruz de Coimbra,

¹ - Doutorando em História Medieval na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

² - O texto aqui disponibilizado foi apresentado no *II Seminário José Mattoso*, daí que perpassasse algumas passagens uma matiz vincadamente oralizante, e que decidimos manter para não deturpar o espírito original da comunicação

³ José Mattoso, “*Canonici regolari di Santa Croce de Coimbra (Portogallo)*” in *Dizionario degli istituti di Perfezioni*, vol. II, Roma, Edizioni Paoline, 1975, cols. 141-145.

⁴ José Mattoso, “*A cultura monástica em Portugal (875-1200)*” in *Religião e cultura na Idade Média portuguesa*, 2ª ed. IN-CM, p.355-356.

S. Vicente de Fora ou mesmo Santa Ana⁵. Incontornavelmente, surgem, ao longo da sua vastíssima obra, referências aos Cónegos Regrantes, mesmo que pontuais, menções essas que acabam por se tornar inevitáveis, fruto da incidência dos vários estudos do Autor sobre os primeiros séculos da nossa monarquia. Sobressai, neste particular, o tratamento dado a Santa Cruz de Coimbra, consequência da forte ligação entre o nosso primeiro rei e esse mosteiro, que como diz José Mattoso no seu artigo “A formação de Portugal e a Península Ibérica nos séculos XII e XIII” foi “sede espiritual da monarquia” e “*panteon régio*”⁶. Essa relação de proximidade é abordada de forma mais ou menos sucinta em vários dos trabalhos do Doutor Mattoso desde “A formação de uma identidade nacional”⁷ até *A nova face de Afonso Henriques*⁸ passando pela *Identidade Nacional*⁹, da qual o nosso primeiro rei foi simultaneamente um promotor e inquestionavelmente um dos seus maiores símbolos.

Não se julgue que só Santa Cruz de Coimbra figura nas obras de José Mattoso, por exemplo no seu artigo “A região de Arganil: de fronteira a terra senhorial”, menciona o mosteiro de Folques, destacando a sua importância na região¹⁰. Nos “Eremitas portugueses no século XII” referencia o bom relacionamento entre D. Afonso Henriques e o mosteiro de Grijó a quem o monarca fez doações¹¹ e num artigo intitulado “1258-1264: O triunfo da monarquia portuguesa: ensaio de história política” dá-nos conta de que D. Afonso III “pedia aos cónegos regrantes de S. Jorge de Coimbra que rezassem para não cair no poder do diabo”¹².

⁵ José Mattoso, “Cluny, cruzios e cistercienses na formação de Portugal” in *Portugal medieval: novas interpretações*, IN-CM, 2ª ed., pp. 109-115.

⁶ José Mattoso, “A formação de Portugal e a Península Ibérica nos séculos XII e XIII” in *Fragmentos de uma composição medieval*, 2ª ed., Editorial Estampa, 1993, p.58.

⁷ José Mattoso, “A formação de uma identidade nacional” in *A escrita da história: Teoria e métodos*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, p.160.

⁸ José Mattoso, “A nova face de Afonso Henriques” in *Naquele tempo: Ensaios de história medieval*, vol. 1 das *Obras completas de José Mattoso*, Círculo de Leitores, 2000, pp. 490, 496.

⁹ José Mattoso, *A identidade nacional*, (Cadernos democráticos, N°1, dir. de Mário Soares), Edição Gradiva, 1998, p.16.

¹⁰ José Mattoso, “A região de Arganil: de fronteira a terra senhorial” in *A nobreza medieval portuguesa – A família e o poder*, 4ª ed., Editorial Estampa, 1994, pp. 315-329. O autor diz, mormente na página 319: “Finalmente o mosteiro de Folques, dos Cónegos Regrantes de Santa Cruz de Coimbra, estabelecido desde o séc. XII, tem ali um couto desde 1204. Os seus monges deram foral a Cepos e vêm a possuir as vilas de Alvares e de Fajão”.

¹¹ José Mattoso, “Eremitas portugueses no século XII” in *Religião e cultura na Idade Média portuguesa*, 2ª ed. IN-CM, p.135.

¹² José Mattoso, “1258-1264: O triunfo da monarquia portuguesa: ensaio de história política” in *Obras completas de José Mattoso (vol. 1- Naquele tempo: ensaios de história medieval)*, Círculo de Leitores, 2002, p.545.

Na sua tese de doutoramento, apresentada à Universidade de Lovaina em 1966 e publicada em 1968¹³, obra denominada *O Monaquismo Ibérico e Cluny*, José Mattoso elabora uma listagem dos diversos mosteiros medievais da diocese do Porto, e entre eles figuram, naturalmente, os de cónegos regrantes de Santo André de Ancede¹⁴, São Salvador de Grijó¹⁵ Santa Maria de Vila Boa do Bispo¹⁶, São Salvador de Moreira da Maia¹⁷ e Santo Estêvão de Vilela¹⁸. São-nos aí deixados alguns elementos sobre as origens desses cenóbios bem como a indicação de uma ou outra pista bibliográfica. No “Monaquismo Ibérico e Cluny” releva a importância da dependência patronal no crescimento dos mosteiros regrantes, especialmente Grijó e Moreira¹⁹, o que não impedia que esses mosteiros mantivessem uma certa independência em relação às famílias patronais como diz o Autor ao retratar “A nobreza medieval portuguesa: as correntes monásticas dos séculos XI e XII”²⁰, liberdade essa que muitos mosteiros conseguem obter dos seus patronos através de cartas de isenção, continuando a manter um bom relacionamento com eles. Esta temática é também reatada na *Identificação de um país*, bem como a escolha de cónegos regrantes para bispos por parte dos nossos primeiros monarcas²¹, um tema também focado nos *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*²². Ainda na *Identificação de um país* destaca o papel preponderante dos crúzios no incremento da vida pastoral bem como a implantação de estruturas eclesásticas nos territórios recentemente conquistados²³, realçando a importante função cultural e religiosa que os Cónegos Regrantes tiveram em meios citadinos como Coimbra, Lisboa e Leiria, bem como a rivalidade com os bispos das duas primeiras dioceses. Lembra ainda o fracasso que tiveram as tentativas de implantação de mosteiros de filiação crúzia em Cidade Rodrigo e Castelo Mendo, explicadas pela forte coesão concelhia de Riba-Côa²⁴ e pela origem e vocação citadinas da Ordem²⁵.

¹³ José Mattoso, *Le Monachisme ibérique et Cluny- Les monastères du diocèse de Porto de l’an mille à 1200*, Louvain, Publications Universitaires de Louvain (Recueil de travaux d’histoire et de philologie, 4^a Série, Fascicule 39), 1968.

¹⁴ MATTOSO, José, “O Monaquismo ibérico e Cluny” in *Obras completas de José Mattoso (vol. 12)*, tradução de João Luís Fontes, Círculo de Leitores, 2002, p.14.

¹⁵ *Ibidem*, p.21.

¹⁶ *Ibidem*, p.53.

¹⁷ *Ibidem*, p.24.

¹⁸ *Ibidem*, p.54.

¹⁹ José Mattoso, “O monaquismo ibérico e Cluny”, in *Religião e cultura na Idade Média portuguesa*, 2^a ed. IN-CM, p.62.

²⁰ José Mattoso, “A nobreza medieval portuguesa. As correntes monásticas dos séculos XI e XII” in *Portugal medieval- Novas interpretações*, 2^a ed., INIC, pp.213-216.

²¹ José Mattoso, *Identificação de um país: I- Oposição (ensaio sobre as origens de Portugal: 1096-1325)*, vol. I, 5^a ed., Editorial Estampa, 1995, p.207.

²² José Mattoso, *Ricos-Homens, infanções e cavaleiros, a nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*, 2^a ed., Guimarães Editores, Lisboa, 1985, p.155.

²³ José Mattoso, *Identificação de um país: I- Oposição (ensaio sobre as origens de Portugal: 1096-1325)*, pp.414-.415.

²⁴ *Ibidem*, pp.418-.419.

No seu trabalho *O monaquismo tradicional em Portugal no século XII* chama a atenção para um aspecto importantíssimo e que é fundamental para se aferir a observância de um determinado mosteiro uma vez que, “a partir de 1131, os mosteiros que adoptam a Regra de Santo Agostinho e os usos dos Cónegos Regrantes, usam definitivamente o título de prior, enquanto os beneditinos passam a abandoná-lo, para restaurar” o de abade²⁶.

Pequenas pistas para o estudo das relações entre os vários mosteiros, independentemente da Ordem, encontram-se no seu artigo sobre os “Eremitas portugueses no século XII” onde relata o caso de um monge expulso de Pedroso, por volta de 1275, que, estando refugiado no mosteiro de Paço de Sousa, pede ao prior de Grijó para que interceda por ele junto do abade de Pedroso²⁷. Nesse mesmo artigo dá-nos ainda conta do papel de D. Diogo, prior de Ancede na arbitragem de uma contenda entre o abade de Paço de Sousa e os seus monges em 1235²⁸. O importante carácter assistencial dos Cónegos Regrantes também é lembrado pelo Autor em algumas páginas do seu artigo “O ideal de pobreza e as ordens monásticas em Portugal durante os séculos XI-XIII”, realçando o papel assistencial dos cónegos de Santa Cruz que além de terem um hospital para pobres ainda alargavam a sua acção social à doação de esmolas, auxílio de leprosos, remição de cativos, contribuição para a construção de pontes e ajuda aos peregrinos²⁹.

O contributo do Doutor Mattoso é extensível às próprias fontes, o indefectível pólen dos obreiros da história. Num artigo sobre “Arquivos Eclesiásticos”, que elaborou em conjunto com Silvana Pires, ficamos a saber que no seminário de Cernache de Bonjardim preservam-se “livros litúrgicos do convento das Cónegas Regrantes de Chelas³⁰”.

Deixados aqui alguns dos contributos do Doutor José Mattoso, analisemos então, não de forma exaustiva como é óbvio, o panorama historiográfico agostinho em Portugal, de resto uma temática ainda há pouco visitada pela Doutora Maria Helena da Cruz Coelho numa abordagem que fez à historiografia religiosa portuguesa ao apresentar, há cerca de dois meses, no V Seminário de Estudos Medievais do Porto uma

²⁵ José Mattoso, *Identificação de um país: II- Composição (ensaio sobre as origens de Portugal: 1096-1325)*, vol. II, 5ª ed., Editorial Estampa, 1995, p.46.

²⁶ José Mattoso, “O monaquismo tradicional em Portugal no século XII” in *Fragmentos de uma Composição Medieval*, p.175.

²⁷ José Mattoso, “Eremitas portugueses no século XII” in *op. cit.*, pp. 172,183.

²⁸ *Ibidem*, pp. 182, 194-197

²⁹ José Mattoso, “O ideal de pobreza e as ordens monásticas em Portugal durante os séculos XI-XIII” in *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, 2ª ed. IN-CM, pp. 308-309.

³⁰ José Mattoso; Silvana Pires, “Arquivos eclesiásticos” in *A igreja e a cultura contemporânea em Portugal (1950-2000)*, coord. de Manuel Braga da Cruz e Natália Correia Guedes, Lisboa, Universidade Católica Editora, p.267.

comunicação intitulada: “O que se vem investigando em História da Igreja em Portugal”³¹. Aguardamos também, com alguma expectativa, o lançamento do *Guia Histórico das Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento*, cuja apresentação será feita neste *II Seminário José Mattoso*, e que trará certamente um contributo imprescindível para o conhecimento da historiografia religiosa portuguesa, incluindo, naturalmente, a agostiniana. Na abordagem que aqui faremos, centrar-nos-emos sobretudo na segunda metade do séc. XX e nos inícios deste, mas não podemos deixar de referenciar, circunstancialmente, um ou outro estudo anterior. Nessa linha de pensamento convém lembrar que para o conhecimento dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho em Portugal continuam a ser incontornáveis as obras dos cronistas agostinianos, mormente as Crónicas de Nicolau de Santa Maria³² e de Frei Timóteo dos Mártires³³, pese todas as falhas aí presentes e o natural cuidado necessário à sua abordagem face à efabulação e espírito imaginativo, sobretudo do primeiro, advertências e avisos, desde há muito, deixados por vários historiadores, onde podemos também incluir o próprio Doutor José Mattoso que num artigo intitulado “Os arquivos oficiais e a construção social do passado” que integra *A Escrita da História*, alude ao espírito inventivo de Frei Nicolau de Santa Maria para prestigiar o passado da sua Congregação³⁴. Além destas obras de referência existem entradas e artigos em enciclopédias e dicionários e que, dada a sua natureza, não serão aqui alvo de análise mas poderemos destacar, pelo seu carácter específico, os artigos de António Domingues de Sousa Costa no *Dicionário de História de Portugal*³⁵ ou de Saul António Gomes no *Dicionário de História Religiosa de Portugal*³⁶ ou a elocagem dos diversos mosteiros feita nessa mesma obra por Maria José Bigotte Chorão³⁷. Além de constituírem incontornáveis sínteses sobre o tema é possível encontrar também aí alguma bibliografia especializada. Incontornáveis são também algumas obras que não sendo especificamente sobre crúzios não deixaram de incluir o tratamento de mosteiros de

³¹ Comunicação apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto a 28 de Novembro de 2005.

³² Ilídio Jorge Costa Pereira da Silva, *A significação dos espaços privados nas comunidades cenobíticas: os cónegos Regrantes de Santo Agostinho da congregação de Santa Cruz de Coimbra entre 1527 e 1640 e até 1834* (dissertação de mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à FLUP), 1998.

³³ Frei Timóteo do Mártires, *Crónica de Santa Cruz*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 3 Tomos, 1955-1960.

³⁴ José Mattoso, “Os arquivos oficiais e a construção social do passado” in *A Escrita da história: teoria e métodos*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, p.65.

³⁵ António Domingues de Sousa Costa, “Cónegos Regrantes” in *Dicionário de história de Portugal*, vol. II, dir. de Joel Serrão, Porto, Livraria Figueirinhas, s/d, pp.149-151

³⁶ Saul António Gomes, “Cónegos Regrantes de Santo Agostinho” in *Dicionário de história religiosa de Portugal*, vol. I, dir. de Carlos A. Moreira Azevedo, Centro de estudos de história religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Circulo de Leitores, 2000, pp. 429-434.

³⁷ Maria José Mexia Bigotte Chorão, “Mosteiros” in *Dicionário de história religiosa de Portugal*, vol. III, dir. de Carlos A. Moreira Azevedo, Centro de estudos de história religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Circulo de Leitores, 2001, pp.274-279.

Cónegos Regrantes, sobretudo os trabalhos sobre a diocese de Braga do Padre Avelino Jesus da Costa³⁸ e de José Marques³⁹ ou o trabalho sobre a diocese do Porto de Cândido Augusto dos Santos⁴⁰. Um importante contributo, nomeadamente em termos documentais, foi-nos dado por Ana Maria Martins⁴¹ numa obra intitulada *Documentos Portugueses do Noroeste e da Região de Lisboa – Da Produção Primitiva ao Século XVI*, onde se encontram transcritos alguns documentos dos cartórios de S. Miguel de Vilarinho, S. Salvador de Moreira, Santo André de Ancede e Chelas. Têm surgido também pequenos estudos que nos dão pistas multi-perspectivadas sobre determinados aspectos da vivência regrante em Portugal onde podemos realçar, numa vertente mais económica, o artigo de Maria Filomena Andrade, intitulado “O património dos mosteiros agostinhos segundo as Inquirições de 1220”⁴².ou no campo da arquitectura crúzia o trabalho de Manuel Luís Real sobre “A organização do espaço arquitectónico entre beneditinos e agostinhos no séc. XII”⁴³ ou o estudo de Ilídio Jorge Costa Pereira da Silva⁴⁴ que retrata a arquitectura de todos os mosteiros da Congregação de Santa Cruz fundamentando-se, em termos temporais, entre 1527 e 1834, mas recuando frequentemente aos tempos medievos. Um outro aspecto que também já mereceu a abordagem dos historiadores é o da indumentária, embora com mais enfoque para a Época Moderna do que propriamente para a Medieval e aí são referência obrigatória os trabalhos de António Nogueira Gonçalves⁴⁵ e José Marques⁴⁶.

Em termos individuais é notória uma preponderância de estudos dedicados a Santa Cruz de Coimbra, o que é naturalmente justificável quer pelo facto de se tratar da casa mãe dos Cónegos Regrantes em Portugal, quer pelo seu relevante papel ao longo

³⁸ Padre Avelino Jesus da Costa, *O bispo D. Pedro e a organização da Arquidiocese de Braga*, 2ª ed., refundida e ampliada, 2 vols. Braga, Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, 1997

³⁹ José Marques, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988. De resto este autor aborda em vários artigos o estado geral de alguns mosteiros, e entre eles, naturalmente, os agostinhos, como acontece em “Os mosteiros na passagem da Idade Média para a Idade Moderna” in *Actas do ciclo de conferências das comemorações do 4º centenário da fundação do mosteiro de S. Bento da Vitória*, Arquivo Distrital do Porto, 1997, pp.173-207.

⁴⁰ Cândido Augusto Dias dos Santos, *O Censual da Mitra do Porto – Subsídios para o estudo da diocese nas vésperas do concílio de Trento*, Publicações da Câmara Municipal do Porto, 1973.

⁴¹ Ana Maria Martins, *Documentos portugueses do Noroeste e da região de Lisboa – Da produção primitiva ao século XVI*, INCM, Lisboa, 2001.

⁴² Maria Filomena Andrade, “O património dos mosteiros agostinhos segundo as Inquirições de 1220” in *Actas do 2º congresso histórico de Guimarães*, Edição da Câmara Municipal de Guimarães e da Universidade do Minho, 1996, vol. VI, pp. 131-145.

⁴³ Manuel Luís Real, “A organização do espaço arquitectónico entre beneditinos e agostinhos no séc. XII” in *Arqueologia*, Nº 6, Dezembro de 1992, Publicação semestral editada pelo Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, pp. 118-132.

⁴⁴ Ilídio Jorge Costa Pereira da Silva, *op. cit.*,

⁴⁵ António Nogueira Gonçalves, “Certos aspectos do hábito dos cónegos regrantes da congregação de santa Cruz”, Separata do *Boletim cultural da câmara municipal do Porto*, vol. XXIV- Fasc. 3-4, Porto, 1961.

⁴⁶ José Marques, *Figurino crúzio visto da segunda metade do séc. XVIII*, Separata do I Congresso internacional do Barroco, vol. I, Porto, 1991, pp. 531-548.

dos séculos na própria história eclesiástica e cultural da nação. A esse interesse não será também alheio o facto de o seu fundo arquivístico ser dos mais ricos e completos que chegou aos nossos dias. Não é de estranhar por isso que ao longo da segunda metade do séc. XX e inícios desta centúria se tenham multiplicado as publicações de fontes e estudos relacionados com o mos GONÇALVES, António Nogueira, “Certos aspectos do hábito dos cónegos regrantes da congregação de santa Cruz”, Separata do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. XXIV- Fasc. 3-4, Porto, 1961. teiro conimbricense. Podemos destacar os contributos de António Cruz⁴⁷ na década de 60, ou de Maria Helena da Cruz Coelho, sobretudo nos anos oitenta, com especial relevância para a sua dissertação de doutoramento⁴⁸ intitulada: *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*. Também imprescindível para o conhecimento dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho em Portugal é o estudo de Saul António Gomes, denominado *Documentos Medievais de Santa Cruz de Coimbra*⁴⁹ que extravasa a canónica coimbrã, constituindo um autêntico guia sobre alguns arquivos crúzios. Duas importantes fontes que se encontram publicadas e que poderemos aqui mencionar são o *Livro Santo de Santa Cruz* da responsabilidade de Leontina Ventura e Ana Santiago Faria⁵⁰ e a *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra*, contributo dado por Aires Augusto Nascimento⁵¹. De resto este Autor tem dedicado alguns trabalhos a Santa Cruz de Coimbra⁵², tendo coordenado inclusivamente, em 1997, juntamente com José Francisco Meirinhos, o *Catálogo dos Códices da Livraria de Mão do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Biblioteca Pública Municipal do Porto*, obra onde também se podem encontrar alguns estudos introdutórios destes autores⁵³ e de Agostinho Figueiredo Frias⁵⁴ que também tem abordado o mosteiro de Santa Cruz. Além destes estudiosos

⁴⁷ António Cruz, *Santa Cruz de Coimbra na cultura portuguesa da Idade Média*, 2 vols, Porto, 1964; *Anais, crónicas e memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, textos publicados com uma introdução por António Cruz, Porto, Biblioteca Pública Municipal, 1968.

⁴⁸ Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2 vols., 1989. Um outro importante estudo levado a cabo por esta autora é “O senhorio Crúzio do Alvorge na centúria de Trezentos” in *Estudos de história de Portugal: homenagem a A. H. Oliveira Marques*, vol. I (sécs. X-XV), Editorial Estampa, Lisboa, 1982, pp. 177-240.

⁴⁹ Saul António Gomes, “Documentos medievais de Santa Cruz de Coimbra I- Arquivo Nacional da Torre do Tombo”, Separata de *Estudos medievais*, Porto, 1988.

⁵⁰ Leontina Ventura, Ana Santiago Faria, *Livro santo de Santa Cruz (Cartulário do séc. XII)*, Coimbra, INIC, 1990.

⁵¹ Aires Augusto Nascimento, *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra: vida de D.Telo, vida de D.Teotónio, vida de Martinho de Soure*, Lisboa, Edições Colibri, 1988.

⁵² Aires Augusto Nascimento, “Santa Cruz de Coimbra: as motivações de uma fundação regular”, in *Actas do 2º congresso histórico de Guimarães*, Edição da Câmara Municipal de Guimarães e da Universidade do Minho, 1996, vol. IV, pp. 119-127.

⁵³ Aires Augusto Nascimento, “O Scriptorium de Santa Cruz de Coimbra: momentos da sua história” in *Catálogo dos códices da livraria de mão do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na biblioteca pública municipal do Porto*, coord. de Aires Augusto Nascimento e José Francisco Meirinhos, BPMP, 1997.

⁵⁴ Agostinho Figueiredo Frias, “O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra -Perspectivação histórica”, in *Catálogo dos códices da livraria de mão do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na biblioteca pública municipal do Porto*, coord. de Aires Augusto Nascimento e José Francisco Meirinhos, BPMP, 1997.

convém destacar o intenso trabalho de Armando Alberto Martins e Saul António Gomes. Do primeiro sobressai naturalmente *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra: séculos XII-XV - História e Instituição*⁵⁵, dissertação de doutoramento defendida em 1996 e publicada em 2003 sob o título: *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*. Entre os trabalhos de Saul Gomes figura também a sua dissertação de doutoramento: *In Limine Conscriptioes: documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*⁵⁶, merecendo ainda uma chamada de atenção os diversos estudos sobre a jurisdição eclesiástica dos crúzios em Leiria⁵⁷, um assunto também aflorado pelo Doutor José Mattoso no seu trabalho sobre “A cidade de Leiria na História Medieval de Portugal”⁵⁸.

Embora sem a cintilaria de Santa Cruz de Coimbra ainda podemos encontrar outras duas importantes canónicas na região centro: S. Jorge de Coimbra e S. Pedro de Folques, embora em termos de produção historiográfica o primeiro tenha merecido bastante mais atenção que o segundo. Maria José Diniz⁵⁹ e Dias Dinis⁶⁰ dedicaram estudos a esta instituição enquanto que para Folques podemos salientar um artigo de Regina Anacleto⁶¹ e as referências já aqui deixadas ao trabalho do Doutor José Mattoso.

Dos mosteiros lisboetas podemos referenciar o trabalho de Maria Filomena Andrade sobre as cónegas do mosteiro de Chelas⁶² e os estudos de Aires Augusto

⁵⁵ Armando Alberto Martins, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra: séculos XII-XV - História e instituição*, 2 vols., dissertação de doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1996. Além desta dissertação o autor tem publicado outros trabalhos sobre o mosteiro conimbricense, de onde poderemos referenciar, a título de exemplo: “O programa dos cónegos regrantes de Santo Agostinho no séc. XII: tradição e novidade” in *Actas do 2º congresso histórico de Guimarães*, Edição da Câmara Municipal de Guimarães e da Universidade do Minho, 1996, vol.4, pp. 131-140.

⁵⁶ Saul António Gomes, *In limine conscriptiones: documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, dissertação de doutoramento, Coimbra, Faculdade de Letras, 2 vols, 2000.

⁵⁷ Saul António Gomes, “Organização paroquial e jurisdição eclesiástica no priorado de Leiria” in *Lusitânia Sacra*, 2ª série, Tomo 4, 1992, pp.163-309; “O ano do trigo sujo”: as rendas do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra no priorado de Leiria, nas vésperas da criação do bispado (1541-1545)”, in *Leiria-Fátima (órgão oficial da Diocese)*, Ano XII, N.º 34, Janeiro-Abril de 2004, pp. 115-159 “O priorado crúzio de Santa Maria de Leiria do séc. XII à criação da diocese” in *Catedral de Leiria*, Comissão de Arte e Património da Diocese de Leiria, 2005, pp.13-45.

⁵⁸ José Mattoso, “A cidade de Leiria na história medieval de Portugal” in *Fragmentos de uma composição medieval*, pp.95-111.

⁵⁹ Maria José Diniz, *O mosteiro de S. Jorge - Subsídios para a sua história nos séculos XII e XIII*, dissertação de licenciatura em ciências Histórico- Filosóficas da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1961.

⁶⁰ A. J. Dias Dinis, “Quem era Fr. João Verba, colaborador literário de el-rei D. Duarte e do infante D. Pedro” in *Itinerarium*, Ano II, nº 10 e 11, 1956.

⁶¹ Regina Anacleto, “Notas para a história do mosteiro de São Pedro de Folques” in *A comarca de Arganil*, Nº 8144, 1984.

⁶² Maria Filomena Andrade, *O mosteiro de Chelas: uma comunidade feminina na Baixa Idade Média. Património e gestão*, Cascais, Patrimonia Histórica, 1989.

Nascimento⁶³ e Carlos Guardado da Silva sobre S. Vicente de Fora⁶⁴. Existem também algumas alusões a este cenóbio na obra do Doutor José Mattoso, como a que faz em “Os antepassados dos navegadores” afirmando a importância do barco e dos corvos que se tornam as figuras centrais do “brasão de armas da cidade, do bispo e dos cónegos regrantes de S. Vicente de Fora”⁶⁵.

De regresso a Norte e aproximando-nos das margens do Douro encontramos o monumental mosteiro de São Salvador de Grijó. Também ele tem merecido a atenção de vários historiadores, com realce para os dois volumes do trabalho de licenciatura de Jorge de Alarcão, em 1957⁶⁶, mais tarde retomados com uma incursão no priorado de D. Afonso Esteves⁶⁷, ou os trabalhos académicos de Luís Carlos Amaral⁶⁸ e José Augusto Pizarro⁶⁹ publicados na década de 90. Grijó conta ainda com a publicação de duas importantes fontes, por um lado o *Cartulário Baio-Ferrado*⁷⁰ cuja publicação se deve a Robert Durand e por outro o *Livro das Campainhas* da responsabilidade de Jorge de Alarcão e Luís Carlos Amaral⁷¹. Um outro mosteiro duriense, até há bem pouco tempo praticamente desconhecido, é o de Santo André de Ancede que possui, desde 2004, uma excelente síntese histórica da autoria de Saul Gomes⁷².

Seguindo para Norte encontramos os mosteiros de Santo Estêvão de Vilela e S. Salvador de Moreira da Maia. José João Rigaud de Sousa juntamente com António Maria Melo e Florido de Vasconcelos retratou, em 1999, no Congresso de História

⁶³ Aires Augusto Nascimento, “Livros e claustro no séc. XIII em Portugal: o inventário da livraria de S. Vicente de Fora de Lisboa” in *Didaskalia*, X, 1980, pp. 381-389.

⁶⁴ Carlos Guardado da Silva, *O mosteiro de S. Vicente de Fora – A comunidade regrante e o património rural (séculos XII-XIII)*, Edições Colibri, 2002.

⁶⁵ José Mattoso, “Os antepassados dos navegadores” in *Naquele tempo: ensaios de história medieval*, vol. 1 das *Obras completas de José Mattoso*, Círculo de Leitores, 2000, p.255.

⁶⁶ Jorge Alarcão, *A propriedade rural do mosteiro de Grijó em meados do séc. XIV e sua administração*, dissertação de licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas apresentada à FLUC, Coimbra, 1957; *A propriedade rural do mosteiro de Grijó - Livro das Campainhas (texto do século XIV transcrito e acompanhado por uma introdução e estudo paleográfico)*, dissertação de licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas apresentada à FLUC, Coimbra, 1957.

⁶⁷ Jorge Alarcão, “Tombo do Prior D. Afonso Esteves” in *Revista portuguesa de história*, Tomo IX, vol. I, 1964, F.L.U.C., pp.115-143.

⁶⁸ Luís Carlos Amaral, *São Salvador de Grijó na segunda metade do século XIV*, Lisboa, Edição Cosmos, 1994.

⁶⁹ José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Os patronos do mosteiro de Grijó (evolução e estruturação da família nobre séculos XI a XIV)*, Ponte de Lima, Edições Carvalho de Basto, 1995.

⁷⁰ Robert Durand, *Le Cartulaire du Baio Ferrado du monastère de Grijó (XI-XIII siècles)*, Fontes documentais portuguesas – II, introduction et notes de Robert Durand, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, Paris, 1971.

⁷¹ Jorge de Alarcão; Luís Carlos Amaral, *Livro das Campainhas (códice da segunda metade do século XIV) – mosteiro de São Salvador de Grijó*, Gabinete de História e Arqueologia de V. N. de Gaia, Câmara de Vila Nova de Gaia, 1986.

⁷² Saul António Gomes, “Acerca do mosteiro de Santo André de Ancede (c. Baião): breves notas para a história dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho em Portugal” in *Habent sua fata libelli - Colectânea de estudos em homenagem ao Académico de Número, Doutor Fernando Guedes no seu 75º Aniversário*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2004, pp. 181-205.

Local e Regional da Maia, o mosteiro de Santo Estêvão de Vilela⁷³, um mosteiro agostinho, a quem já, no longínquo ano de 1939, António Nogueira Gonçalves tinha dedicado um artigo⁷⁴.

Sobre São Salvador de Moreira da Maia poderemos destacar a monografia do Padre Agostinho de Azevedo⁷⁵, os trabalhos de Maria Otilia Nunes Tavares⁷⁶, José Vieira de Carvalho⁷⁷ e Luiz de Mello Vaz de São Payo⁷⁸ e mais recentemente a publicação de uma obra intitulada *O Mosteiro Crúzio de Moreira-História, Arte e Música*, que contou com a participação de José Augusto Maia Marques⁷⁹, Victor Gomes Teixeira⁸⁰, Frei Geraldo Coelho Dias⁸¹, Georg Jann⁸² e António Maria Mendes Melo⁸³. Ainda mais fresco é o nosso trabalho sobre esta canónica maiata, centrado no séc. XIV⁸⁴.

Seguindo a bússola e deixando as terras do Lidador aproximamo-nos da maior concentração geográfica de casas agostinhas em Portugal: a região de Guimarães e a bacia do Ave. Dos mosteiros vimaranenses talvez se possa dizer que o mais bem estudado é São Salvador de Souto, ou pelo menos é aquele cujo corpo documental atraiu a laboriosa dedicação de alguns dos maiores historiadores da lusa pátria. O meritório trabalho do Abade de Tagilde da última década do séc. XIX⁸⁵ encontrou

⁷³ António Maria Melo; José J. Rigaud de Sousa, Flório de Vasconcelos, “O mosteiro Santo Estêvão de Vilela em Paredes e os Cónegos Regrantes de St.º Agostinho” in *Maia, história regional e local (Actas do congresso)*, Câmara Municipal da Maia, 1999, vol.II, pp. 133-173.

⁷⁴ António Nogueira Gonçalves, “A destruída igreja medieval do mosteiro de Vilela (Porto)”, *Separata da Lúmen*, Fasc. 5, Ano III, Maio 1939. Este artigo foi posteriormente reeditado numa colectânea de estudos de António Nogueira Gonçalves, *Estudos de História da Arte Medieval*, Coimbra, Epartur - Edições Portuguesas de Arte e Turismo, 1980, pp. 143-151).

⁷⁵ Padre Agostinho de Azevedo, *A terra da Maia (subsídios para a sua monografia)*, vol.I, Câmara Municipal da Maia, 1939

⁷⁶ Maria Otilia Nunes Tavares, *Mosteiro de Moreira da Maia - Subsídios para a sua história*, Coimbra, 1957.

⁷⁷ José Vieira de Carvalho, *O mosteiro de S. Salvador de Moreira – Instituição valorizadora da terra da Maia*, Coleção estudos sobre a terra da Maia -II, Maia, 1969.

⁷⁸ Luiz de Mello Vaz de São Payo, “Os naturais (Séc. XIII e XIV)” in *Raízes e memórias*, Nº 1, Julho de 1987, Associação Portuguesa de Genealogia.

⁷⁹ José Augusto Maia Marques, “Mosteiro de Moreira: uma centralidade irradiante” in *O mosteiro crúzio de Moreira - História, arte e música*, Paróquia de Moreira da Maia, 2000, pp. 15-24.

⁸⁰ Vítor Gomes Teixeira, “Documentação do mosteiro de São Salvador de Moreira da Maia”, *Ibidem*, pp. 49-61.

⁸¹ Geraldo José Amadeu Coelho Dias, “O mosteiro de São Salvador: Os Crúzios em Moreira da Maia: história e arte” *Ibidem*, pp. 25-48.

⁸² JANN, Georg, “Como descobri e restaurei o órgão Arp Schnitger em Moreira da Maia” *Ibidem*, pp. 64-77.

⁸³ António Maria Mendes Melo, “Os crúzios, a sociedade e a música: notas cronológicas em torno de um órgão de 1701” *Ibidem*, pp. 78-103.

⁸⁴ Aires Gomes Fernandes, *S. Salvador de Moreira da Maia: venturas e desventuras de um mosteiro no séc. XIV*, dissertação de mestrado em História Medieval e do Renascimento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.

⁸⁵ João Gomes de Oliveira Guimarães, *Documentos ineditos dos séculos XII-XV relativos ao mosteiro de S. Salvador de Souto*, Porto, Typographia de António José da Silva Teixeira, 1896.

seguimento no Padre Avelino Jesus da Costa⁸⁶ e em António Cruz⁸⁷. Já em relação a Roriz pode-se dizer que não há propriamente um estudo profundo, no entanto para o conhecimento da sua história podemos salientar o artigo do Padre Agostinho de Azevedo⁸⁸ e o estudo de Francisco Carvalho Correia⁸⁹, e ainda o contributo conjunto de Manuel Luís Real e Pedro Sá⁹⁰ com um artigo intitulado “O Mosteiro de Roriz na Arte Românica do Douro Litoral”.

Sobre Santa Maria de Landim poderemos referenciar os estudos do Padre Augusto Carneiro de Sá⁹¹, Maria de Fátima Castro⁹², embora mais direccionado para a Época Moderna, mas com incursões no período medieval, e mais recentemente o trabalho conjunto de António Martins e Emília Nóvoa Faria⁹³. Já o vizinho mosteiro de Santa Maria de Oliveira foi contemplado com vários trabalhos por parte de Maria Rosário da Costa Bastos⁹⁴.

Quanto a São Simão da Junqueira, o conhecimento que actualmente se tem desse mosteiro deve-se essencialmente aos diversos trabalhos de Sérgio Lira, onde poderemos destacar a sua dissertação de mestrado: *O mosteiro de S. Simão da Junqueira – Dos primórdios a 1300*, defendida em 1993⁹⁵. Os estudos que o Autor tem dedicado a esta instituição têm incidido, em termos temporais, apenas nos séculos XII e XIII⁹⁶, embora,

⁸⁶ Avelino de Jesus da Costa, “Documentos inéditos do Mosteiro de Souto. Homenagem ao Abade de Tagilde” in *Revista de Guimarães*, Nº 64 (3-4), Julho-Dezembro 1954, pp. 356-409.

⁸⁷ António Cruz, “O mosteiro de Souto. Um cenóbio medieval de Guimarães ao serviço da terra e do homem”, Separata do vol. III das *Actas do congresso histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Guimarães, 1981, pp. 85-104.

⁸⁸ Padre Agostinho de Azevedo, “O mosteiro de Roriz” in *Letras e artes*, Suplemento de *Novidades*, de 6 de Fevereiro de 1938.

⁸⁹ Francisco Carvalho Correia, *O mosteiro de Roriz*, Colecção de guias do património cultural do concelho de Santo Tirso, nº 2, Câmara Municipal de Santo Tirso-Museu Municipal Abade Pedrosa, 1994.

⁹⁰ Manuel Luís Real, Pedro Sá, “O mosteiro de Roriz na arte românica do Douro Litoral” in *Actas do colóquio de história local e regional (Comemorações do milénario da fundação do mosteiro de Santo Tirso 978-1978)*, Santo Tirso, edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1982, pp.233-280

⁹¹ Padre Augusto Carneiro de Sá, “O mosteiro de Santa Maria de Landim” in *Boletim cultural*, Nº 2, Julho de 1981, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, pp. 91-115.

⁹² Maria de Fátima Castro, *O mosteiro de Landim: contributos para o estudo da propriedade eclesiástica*, Edição da autora, 1995.

⁹³ António Martins, Emília Nóvoa Faria, *Santa Maria de Landim: raízes e memória*, Landim, Edição dos autores, 2002.

⁹⁴ Maria Rosário da Costa Bastos, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico do Entre-Douro-e-Minho em finais da Idade Média*, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1996; “Privilégios jurisdicionais do mosteiro de Santa Maria de Oliveira: um exemplo de resistência face às intimidações laicas em tempos medievos” in *Revista de ciências históricas*, vol. XII, Porto, Universidade Portucalense, 1997; “Sixto da Cunha e a comenda do mosteiro de Santa Maria de Oliveira” in *Boletim cultural da Camara Municipal de Vila Nova de Famalicão*, N.º 16, 1999.

⁹⁵ Este trabalho encontra-se publicado: Sérgio Lira, *O mosteiro de S. Simão da Junqueira*, 2 vols., Colecção Cadernos de História Local, Nº 8 e 9, 2001-2002, Vila do Conde, C. M. de Vila do Conde.

⁹⁶ São exemplo disso os seguintes trabalhos: “A adopção da Regra de Santo Agostinho no Mosteiro de S. Simão da Junqueira (1147-1151)” in *Actas do 2º congresso histórico de Guimarães*, Edição da Câmara Municipal de Guimarães e da Universidade do Minho, vol. 5, 1996; “O mosteiro de S. Simão da Junqueira de Vila do Conde” in *Actas do 2º encontro de história de Vila do Conde (Vila do Conde – 1050*

e em abono da verdade, já se tenham verificado algumas incursões em períodos posteriores, como é exemplo o estudo de Saul António Gomes sobre o monaquismo vila-condense⁹⁷.

E ao treparmos do vale do Ave para a bacia do Lima constatamos que os diversos mosteiros aí existentes não têm sido alvo de grande atenção por parte dos investigadores. O estudo do Padre Manuel de Aguiar Barreiros sobre as capelas românicas da Ribeira Lima⁹⁸ continua a ser um dos principais pontos de partida para o conhecimento desses cenóbios. S. Salvador de Bravães tem despertado interesse sobretudo ao nível da arquitectura, onde poderemos destacar os trabalhos de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, em especial “A igreja românica de Bravães”⁹⁹ ou o trabalho de Maria José Pérez Homem de Almeida¹⁰⁰. Já o vizinho mosteiro de S. Martinho de Crasto mereceu um estudo mais aprofundado por parte de Maria Alegria Fernandes Marques¹⁰¹.

Sobre Santa Maria de Vila Nova de Muia destaque para um artigo publicado por António Meneres e José João Rigaud de Sousa¹⁰² na Revista *Mínia*.

Já para Santa Maria de Refoios de Lima surgiu, em 1988, um trabalho intitulado *Subsídios para a história do convento de Refoios* que reúne estudos de António Matos Reis¹⁰³, Alberto Antunes de Abreu¹⁰⁴ e Manuel Gonçalves Vale¹⁰⁵.

No que toca a Riba Lima foi escassa a implantação agostinha do mesmo modo que parcos são os trabalhos sobre as canónicas aí erigidas. E se os mosteiros de São João de Longos Vales e de Paderne são as canónicas de referência do Alto Minho, são

anos de História: a memória dos séculos monásticos), Câmara Municipal de Vila do Conde, 2004, pp. 161-174.

⁹⁷ Saul António Gomes, “A relevância do monaquismo vilacondense na história das ordens religiosas em Portugal” in *Actas do 2º encontro de história de Vila do Conde (Vila do Conde – 1050 anos de História: a memória dos séculos monásticos)*, Câmara Municipal de Vila do Conde, 2004, pp. 113-145.

⁹⁸ Padre Manuel d’Aguiar Barreiros, *Igrejas e capelas românicas da Ribeira Lima*, 1926.

⁹⁹ Carlos Alberto Ferreira de Almeida, “A igreja românica de Bravães” in *Subsídios para a história da terra da Nóbrega e do concelho de Ponte da Barca*, vol. 2, Ponte da Barca, Centro Frei Agostinho da Cruz e Diogo Bernardes, 1998, pp. 11-26.

¹⁰⁰ Maria José Pérez Homem de Almeida, *San Salvador de Bravães: uma encrucijada en el romanico português*, Porto, Centro de Estudos Humanísticos, 1984, pp. 317-339.

¹⁰¹ Maria Alegria Fernandes Marques, “O mosteiro de S. Martinho de Crasto” in *Subsídios para a história da terra da Nóbrega e do concelho de Ponte da Barca*, vol. 2, 1998, pp. 11-26.

¹⁰² António Meneres, José João Rigaud de Sousa, “Notas sobre o mosteiro de Santa Maria de Vila Nova de Muia” (concelho de Ponte da Barca) in *Mínia*, 2ª série, Ano III, nº 4, Braga, 1980, pp. 157-179.

¹⁰³ António Matos Reis, “Mosteiro de Refoios - as suas origens” e “Património artístico” in *Subsídios para a história do convento de Refoios*, Ponte de Lima, Instituto Politécnico de Viana do Castelo -Escola Superior Agrária de Ponte de Lima, 1988, pp. 1-36; 37-57.

¹⁰⁴ Alberto Antunes de Abreu, “O mosteiro de Refoios e os seus bens de raiz” in *Subsídios para a história do convento de Refoios*, pp.59-100.

¹⁰⁵ Manuel Gonçalves Vale, “Os arquivos do mosteiro de Refoios” in *Subsídios para a história do convento de Refoios*, pp.101-116.

também de consulta obrigatória os trabalhos de Avelino de Jesus Costa¹⁰⁶ e José Marques¹⁰⁷ embora os deste último historiador estejam, neste particular, mais vocacionados para a Época Moderna.

E se me alonguei em nomes e obras é porque, como dizia recentemente o Doutor José Mattoso numa entrevista ao *Jornal de Letras*, a historiografia portuguesa, sobretudo a medieval, da década de 60 para cá tem tido um “desenvolvimento espectacular”¹⁰⁸. E, perdoem-me a ousadia, o Doutor Mattoso é, nesse aspecto, um dos que mais culpas tem no cartório!

¹⁰⁶ Avelino de Jesus Costa, “A comarca eclesiástica de Valença do Minho: antecedentes da diocese de Viana do Castelo” in *Actas do I colóquio Galaico Minhoto*, vol.1, Ponte de Lima, 1981, pp. 69-240.

¹⁰⁷ José Marques, “O cartório e a livraria do Mosteiro de Paderne em 1770”, Separata do *Boletim cultural da Câmara Municipal de Melgaço*, nº1, Porto, 2002, pp. 19-92; *O Mosteiro de Paderne em 1770*, Separata do *II Congresso internacional do barroco*, Porto, FLUP, 2003, pp. 337-354.

¹⁰⁸ Entrevista efectuada por Maria Leonor Nunes e Ricardo Duarte in *Jornal de Letras e Ideias*, Ano XXV, N.º 919 (21 de Dezembro a 3 de Janeiro de 2006), p.7.